

Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

## TERMO DE COTAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2022 ART 75, II - LEI 14.133/2021

Licitação destinada exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA,** TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE, REALIZARÁ DISPENSA DE LICITAÇÃO, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO **MENOR PREÇO GLOBAL,** NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E AS EXIGÊNCIAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Contratação através da Portaria Nº 012/2022. A Comissão Permanente de Contratação terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao presente termo, apoiado pelo responsável pela elaboração do projeto básico; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor da COTAÇÃO; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

ÓRGÃOS INTERESSADOS:	SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	08H:00M DO DIA 28/01/2022 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	17H:00M DO DIA 01/02/2022 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS –	EM ATÉ 48 HORAS APÓS O TÉRMINO DO RECEBIMENTO
SESSÃO PÚBLICA:	DAS PROPOSTAS
SÍTIO ELETRONICO OFICIAL:	www.virgemdalapa.mg.gov.br
FORMA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	MEIO ELETRONICO: <u>licita@virgemdalapa.mg.gov.br</u> OU DE FORMA PRESENCIAL: Rua Governador Valadares, n° 72, Centro – Virgem da Lapa/MG

## 1. DO OBJETO.

- **1.1.** O objeto do presente termo de dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MARKETING DIGITAL, FOTOGRAFIA E VÍDEO PARA DIVULGAÇÃO DAS OBRAS, TRABALHOS E EVENTOS, INCLUINDO A CRIAÇÃO DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS, MATERIAL DE DIVULGAÇÃO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA-MG.
- **1.2.** A seleção da proposta vantajosa será realizada em por **VALOR GLOBAL**, conforme tabela constante do Termo de Referência.
- **1.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa para o exercício de 2022, na classificação abaixo por conta do elemento orçamentário"

04.122.0002.2009 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice 33903600 Outros Serviços de Terceiros – P.F 100 Recursos Ordinários – FICHA 055



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

33903900 Outros Serviços de Terceiros - P.Jurídica 100 Recursos Ordinários FICHA 056

## 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

- 3.1. Os licitantes encaminharão, as propostas através do e-mail <u>licita@virgemdalapa.mg.gov.br</u> ou envio da proposta para o endereço Rua Governador Valadares, n° 72, Centro Virgem da Lapa/MG., concomitantemente com os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos no edital, PROPOSTA DE PREÇOS com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 3.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 3.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as divulgações que ocorrerão no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de VIRGEM DA LAPA/MG, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas através do sítio eletrônico oficial(www.virgemdalapa.mg.gov.br).
- **3.4. Conforme prevê no art. 64 da Lei Federal 14.133/2021, a**pós a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
  - a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
  - b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 3.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de análise e julgamento da proposta.
- 3.6. Os documentos que compõem a **PROPOSTA DE PREÇOS E A HABILITAÇÃO** do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Comissão Permanente de Contratação e para acesso público após a abertura definitiva da sessão, momento em que não será possível editar o valor proposto.

## 4. DA PROPOSTA

- 4.1. O INTERESSADO DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA NA FORMA PREVISTA NA CLAUSULA 3.1 PODENDO PREENCHER O MODELO DE PROPOSTA INDICADO NO ANEXO II.CONTENDO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES:
  - a) Identificação da proponente conforme modelo;
  - b) Valor UNITÁRIO e TOTAL, em moeda corrente nacional;
  - c) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Basico Anexo I ;
  - d) Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços.
- 4.4. Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data de sua apresentação.



Rua Governador Valadares, nº 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ nº 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

4.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

## 5 - DA ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. A comissão permanente de contratação terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis para analisar as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 5.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no procedimento de contratação Dispensa de Licitação N° 001/2022 e divulgada através do sítio eletrônico (www.virgemdalapa.mg.gov.br) para acompanhamento por todos os participantes.
- 5.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.4. A Comissão Permanente de Contratação ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de análise da documentação.
- 5.5. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, inciso I da LEI Nº 14.133, de 2021, no qual haverá disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.6. A negociação será realizada na sede da contrante, mediante convocação realizada através do sítio eletrônico oficial da Prefeitura(<a href="www.virgemdalapa.mg.gov.br">www.virgemdalapa.mg.gov.br</a>), podendo ser acompanhada pelos demaislicitantes.
- 5.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Comissão Permanente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 6. DA HABILITAÇÃO.

- 6.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, A COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, CONFORME PREVÊ NO **ART. 14 DA LEI 14.133/2021**, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, E AINDA NOS SEGUINTES CADASTROS:
  - a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
  - b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php).
  - c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União TCU <a href="https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0">https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0</a>
- **6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.4.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.5. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 6.6. Constatada a existência de sanção, a Comissão Permanente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 6.8. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada considerando os serguintes documentos, apenas do do licitante vencedor(art. 63, II da Lei 14.133/2021):

## 6.8.1. - REGULARIDADE JURÍDICA

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, podendo a empresa interessada apresentar a seguinte documentação:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 6.8.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 6.8.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA SERÃO AFERIDAS MEDIANTE A VERIFICAÇÃO DOS SEGUINTES REQUISITOS:



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

- a) a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, através de declação conforme Anexo III..

## 6.8.3. - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) O contratado, deverá apresentar no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para comprovação do desempenho da atividade pertinente com o objeto desta licitação.
- b) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação conforme Anexo IV.
- 6.9. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a Comissão Permanente de Contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s) através de consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões .
- 6.10. Em caso de envio dos documentos via e-mail, somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.13. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 6.15. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase dehabilitação.
- 6.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 6.16.1 Em razão do Princípio da celeridade Processual, disposto na Constituição Federal, no artigo 5°, LXXVIII,



Rua Governador Valadares, nº 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ nº 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

caso ocorra alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista do licitante, QUE ESTEJA CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR, a COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO poderá DURANTE A SESSÃO PUBLICA NA CONSTATAÇÃO DA RESTRIÇÃO, VISTO SER UM DOCUMENTO DE FACIL ACESSO E DE DISPONIBILIZAÇÃO PUBLICA PELA INTERNET, REALIZAR A CONSULTA NO SITIO REFERENTE A(S) CERTIDÃO(ÕES) NEGATIVA(S) QUE ENCONTRA (M)-SE VENCIDA(S) E ASSIM CONSTATAR DE IMEDIATO A SUA REGULARIZAÇÃO OU NÃO; fazendo constar na Ata da Sessão e anexando a referida Certidão Regular no sistema, para acesso de todos.

- 6.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para reg ularização.
- 6.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 6.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1. Da sessão pública para análise da cotação divulgar-se-á Ata no sítio eletrônico oficial da Prefeitura municipal de VIRGEM DA LAPA/MG.
- 7.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 7.3. No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão Permanente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.4. A homologação do resultado desta dispensa de licitação não implicará direito à contratação.
- 7.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 7.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 7.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 7.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 7.10.O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

- 7.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 7.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 7.12. A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA/MG, poderá revogar este termo de dispensa por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viávela convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
- 7.13. A anulação da Dispensa de Licitação induz à do contrato.
- 7.13.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 7.14. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste termo de dispensa, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 7.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de VIRGEM DA LAPA/MG: <a href="www.virgemdalapa.mg.gov.br">www.virgemdalapa.mg.gov.br</a>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na sede da Prefeitura Municipal de VIRGEM DA LAPA, setor de compras, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 17:00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** – PROJETO BÁSICO

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;** 

**ANEXO III –** MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃOFEDERAL;

**ANEXO IV –** MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME OU EPP.

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO;

VIRGEM DA LAPA/MG, em 26 de janeiro de 2022.

Comissão Permanente de Contratação





Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

## ANEXO I – PROJETO BÁSICO

## 1 OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MARKETING DIGITAL, FOTOGRAFIA E VÍDEO PARA DIVULGAÇÃO DAS OBRAS, TRABALHOS E EVENTOS, INCLUINDO A CRIAÇÃO DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS, MATERIAL DE DIVULGAÇÃO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA-MG.

## 2 - JUSTIFICATIVA

A assessoria de comunicação terá o desafio de propor estratégias de comunicação que garantam valor à imagem do Município de Virgem da Lapa, disseminando a importância e a qualidade da gestão municipal, bem como a divulgação dos serviços prestados à comunidade virgolapense, para que a população tenha conhecimento acerca dos serviços oferecidos, onde a publicidade dos atos da gestão pública está prevista no Art. 37 da Constituição Federal, prevê que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal das autoridades ou servidores públicos.

Considerando que a presente contratação, visa cumprir exigências de estruturação de todo o portal de transparência e as informações na rede mundial de computadores, através da internet, de forma que as mesmas atendam todas as suas normas pertinentes, tais como: Leis Complementares 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e 131/2009, bem como a Lei Federal 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação).

## 3 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratação do contrato contempla seguintes serviços:

- a) Planejamento de comunicação para entender os objetivos macros da CONTRATANTE; a definição de conceito de comunicação, entendimento das características do publico alvo; definição e validação dos canais de comunicação que serão utilizados;
- b) Planejamento das campanhas online e offline contemplando a criação de anuncios online e peças de marketing, assim como a criação de materiais, tais como: Post para Feed e Story para instagran e, facebook, Flyer Digital informativo (campanhas eventos, etc).
- c) Fotografia e Vídeo para material de divulgação, tais como: Fotos e vídeos para divulgação das obras, serviços públicos, programas sociais e demais eventos e serviços prestados aos municípes, através de Videos informativos (Campanhas, eventos).
- d) **Criação de materiais para impressão**: Elaboração de projetos digitais para impressões, tais como: jorais, adesivos, Fyer, banner, etc.



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

e) Coordenação de Marketing: Apoio e gerenciamento de redes sociais (facebook e instagran).

## 4 PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato decorrente deste processo terá validade a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2022.

## 5 ETAPA DOS ATENDIMENTOS

- a. Diagnóstico e entendimento das necessidades e demandas;
- b. Formatação e aprovação do planejamento de comunicação e cronograma detrabalho;
- c. Auxílio à equipe de divulgação nas campanhas e eventos, auxílio no posicionamento digital dos gestores. Criação de materiais e execução de atividades presentes no cronograma detrabalho;

## 6 DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS E DA FISCALIZAÇÃO

a. O desenvolvimento dos trabalhos será acompanhado em todas as etapas por pessoa designada pela Contratante .

**b**.contratante indicará o gestor do contrato para acompanhar, fiscalizar e atestar a realização dos serviços, e terá a competência de dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução e, de tudo, dará ciência, ao Secretário de Planejamento/Chefe de Gabinte.

## 7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

- **a-** Efetuar o pagamento no prazo e forma estabelecidos.
- **b-** Fornecer à **CONTRATADA**, em tempo hábil, todas as informações solicitadas por esta, necessárias à análise, produção e execução do objeto do contrato.
- **c-** Prestar as informações necessárias para o melhor cumprimento deste Contrato.
- **d-** Exigir a observação das normas emanadas pelos órgãos de fiscalização e controle.
- e- Editar normas complementares para o gerenciamento da execução do Contrato em razão de exigência dos órgãos de controle e fiscalização aos quais o Contrato de Gestão da unidade esteja vinculado ou subordinado.
- **f-** O material digital a ser criado dever ser emcaminhado com o prazo minimo de 24h de atencedencia a empresa contratda.
- **g-** Para relaização de videos e fotos fazer comunicado com ate 24h de antecedencia,a empresa contratada.

## 8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a. Executar os serviços contratados conforme descrito neste Termo de Referência, obedecendo ao cronograma e prazos estipulados entre as partes.



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

- b. Submeter à CONTRATANTE, para prévia aprovação escrita, todo serviço e produto que fizer necessário à sua participação.
- c. Respeitar e fazer com que sejam respeitadas as normas atinentes ao funcionamento da CONTRATANTE e aquelas relativas ao objeto do presente Contrato, se aplicável.
- d. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto do presente Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada sem prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.
- e. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.
- f. Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, qualificação técnica e cumprimento do contrato.
- g. Cuidar da regularidade obrigacional derivada do vínculo e subordinação com o pessoal envolvido direta ou indiretamente na execução deste Contrato, adimplindo com toda e qualquer obrigação fiscal e trabalhista decorrente da prestação de serviços dos seus cooperados/funcionários.
- h. Manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade no tocante aos serviços, documentos, pesquisas, entrevistas e demais informações apuradas ou de que tome conhecimento durante a prestação do serviço.
- i. Dar esclarecimentos sobre qualquer procedimento, o mais breve possível, acontar do recebimento de notificação para tal mister.
- j. Submeter-se à fiscalização a ser realizada pelo CONTRATANTE, ou qualquer órgão fiscalizador, relativa à prestação dos serviços pactuados, conforme regras estabelecidas nos protocolos internos e padronização do CONTRATANTE e do hospital onde será prestado os serviços.
- k. Prestar serviços in loco 03 (três) vez por semana, sendo que o profissional contratado deverá comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa, a fim de desempenhar as suas atribuições, sendo que poderá ainda ser acionado a qualquer momento para reuniões de interesse da Administração.
- I. Oferecer o atendimento em dias úteis, em horário compreendido entre 08:00 e 18:00hs. E oferecer suporte técnico no local ou através de telefone, acesso remoto ou e-mail a CONTRATANTE;
- 1. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessária à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista, inclusive as despesas de hospedagem, alimentação e de transporte.

## 9 RESULTADOS ESPERADOS:

Melhoria da Comunicação, aliada a tecnologia em todo o Município de Virgem da Lapa, integrando as secretarias Municipais com a população, levando informação em tempo real, em cumprimento ao princípio da transparência.

## 10 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado total da contratação é de R\$ 31.900,00 (trinta e um mil e novecentos reais), conforme orçamentos realizados com potenciais prestadores de serviços, divididos em 11 (onze)



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

parcelas mensais de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos).

## Kátia Alves Santos

Sec. Municipal de Administração e Finanças



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPI n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

## ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

## TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2022

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:					
RAZÃO SOCIAL:					
CNPJ:					
INSC. EST.:					
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO	O( )				
ENDEREÇO:	,				
BAIRRO:	CIDADE:				
CEP:	E-MAIL:				
TELEFONE:	FAX:				
CONTATO DA LICITANTE:	TELEFONE:				
BANCO DA LICITANTE: CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:					
N° DA AGÊNCIA:					
ITENSDESCRIÇÃO		QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MARKETING DIGITAL, FOTOGRAFIA E VÍDEO PARA DIVULGAÇÃO DAS OBRAS, TRABALHOS E EVENTOS, INCLUINDO A CRIAÇÃO DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS, MATERIAL DE DIVULGAÇÃO		11	MÊS		
TOTAL POR EXTENSO:					

## A EMPRESA:DECLARA QUE:

- 1. ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM DESLOCAMENTO ATÉ A SEDE DA CONTRATANTE.
- **2.** VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- **3.** PRAZO DE INICIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- **4.** QUE **NÃO POSSUI** COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO, E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU.
- 5. QUE O PRAZO DE INICIO SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE SERVIÇO OU DOCUMENTO SIMILAR. VIA E-MAIL AQUI INDICADO.

LOCAL E DATA

## CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

**OBS.** SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

## ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DACONSTITUIÇÃO FEDERAL

## TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2022

## (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

, INSCRITO NO CNPJ N°,	POR	INTERMÉDIO	DE	SEU
REPRESENTANTE				
LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CART				
E CPF N°, DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO	O INC.	Vi DO ART. Nº 68	B DA L	EI Nº
14.133/2021				
, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TR	RABALF	IO NOTURNO, PE	RIGOS	O OU
INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS		•		
RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE AN	OS, NA	CONDIÇÃO DE A	PREND	οΙΖ ().
, de de 2022.				

Assinatura do Diretor, Sócio-Gerente ou equivalente.

Carimbo/identificação da empresa



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

## ANEXO IV- DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL

## TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2022

À				
PREFEITURA MUNICIPA	L DE VIRGEM DA LAI	PA/MG		
À COMISSÃO PERMANEN'		•		
	ADOR DO RG			DE DE
RESPONSÁVEL LEGAL D			,DECLARA	
EXPRESSAMENTE QUE o cumprimento das obrigações o		todas as informações	e das condições locais	para o
	,			
, de	de 2021.			
	Assinatura do Diretor, Só	cio-Gerente ou equivaler	nte.	

Carimbo/identificação da empresa



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

## ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

COTAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO N°001/2022

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal, Sr(a), CPF nº, Carteira de Identidade nº, declara, para fins de participação
na Licitação acima, sob as penas da lei, que é considerada:
() Microempresa, conforme inciso I do art. 3° da Lei Complementar 123/2006;
() Empresa de pequeno porte, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.
Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementa: 123/2006.
Caso seja declarada vencedora do certame, promoveremos a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal.
Obs. Anexar esta documentação junto com os documentos de Credenciamento, para efeitos de se beneficiar do regime diferenciado previsto na Lei 123/2006.
, de de 2022.

Assinatura do Diretor, Sócio-Gerente ou equivalente.

Carimbo/identificação da empresa

## WRIGEM DALAR A 1910

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA

Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

## ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0XX/2022

Contrato	Administrativo	n.º	/ 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA, inscrito no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXXX, com Sede à xxxxxxxxx, Nºxxxx, Bairroxxxxx, doravante denominado Contratante, neste ato representado pelo Senhor portador da Carteira de Identidade xxxxxxxxxxxxx e a empresa XXXXXXXXXXXXXXX estabelecida à Rua XXXXXX, Nº XXXX, Bairro: xxxxxxxxxx - xxxxxxxxxx - MG inscrita no CNPJ sob o n.º xxxxxxxxxxx, doravante denominada Contratada, neste ato resolvem firmar o presente contrato para prestação de serviços, com fundamento na nos termos da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022 sob a regência da Lei 14.133/2021, artigo 75, inciso II, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1. - O objeto do presente contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MARKETING DIGITAL, FOTOGRAFIA E VÍDEO PARA DIVULGAÇÃO DAS OBRAS, TRABALHOS E EVENTOS, INCLUINDO A CRIAÇÃO DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS, MATERIAL DE DIVULGAÇÃO, conforme detalhado no Anexo I.

## CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS E FORMA D E PAGAMENTO

- 2.1. Dos preços
- 2.1.2. O pagamento será feito em moeda corrente nacional.

## 2.2. - Das condições de pagamento:

2.2.1. — Os pagamentos serão realizados pela Tesouraria da Prefeitura Municipal, em moeda corrente, transferência ou cheque nominal, mediante a apresentação da nota fiscal/Fatura, devidamente vistada pelo responsável pelo recebimento dos serviços, em até 30 (trinta) dias subseqüente ao mês da referida prestação de serviços.

Os pagamentos serão realizados em parcelas mensais e iguais, sendo os pagamentos sempre realizados no ultimo dia útil de cada mês. Todos os pagamentos serão realizados mediante apresentação da documentação fiscal pertinente e comprovação da realização dos serviços.

## 2.3 – Dos reajustes



Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

- 2.3.1.- Por força da Lei Federal nº 9069/95, os preços poderão ser reajustados após a vigência contratual de 12 (doze) meses, salvo autorização de aumento concedida pelo Governo Federal.
- 2.3.2. Decorrido o prazo acima estipulado, automaticamente e independente de aditivo, os preços mensais serão corrigidos monetariamente pelo IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.
- 2.3.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação ocorrida entre o mês da assinatura do Contrato e do 12º mês da execução, passando a vigorar o novo preço a partir do 13º mês.

## CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO

3.1. - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária do ano de 2022.

### 

## CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA

- 4.1. A vigência do presente contrato inicia na data de sua assinatura e se encerrará em 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado, caso haja interesse das partes.
- 4.2. A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer através de Termo aditivo, sendo o prazo de vigência limite deste contrato, o estabelecido no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA 5ª - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

5.1. - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA 6ª - DA NOVAÇÃO

Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

## CLÁUSULA 7ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 7.1. O Contratante é responsável exclusivo pela segurança de suas informações confidenciais e proprietárias.
- 7.2. O Contratante se obriga a colocar à disposição da Contratada, equipamentos, pessoal disponível, espaço, e local de trabalhos adequados à prestação de serviços "in-loco".
- 7.3. Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos na Cláusula 3ª deste instrumento.

## CLÁUSULA 8<sup>a</sup> - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

8.1 – Cuidar da segurança do seu pessoal empregado na execução dos serviços contratados, obedecendo aos requisitos legais pertinentes, ficando a Contratante e seus prepostos isentos de qualquer responsabilidade com



Rua Governador Valadares, nº 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ nº 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

relação a eventuais acidentes de trabalho decorrentes do serviço prestado, sejam eles de natureza civil ou criminal;

- 8.2 Prestar os serviços elencados no anexo I deste contrato, de forma satisfatória, nos prazos estabelecidos e obedecendo toda a legislação pertinente.
- 8.3. A Contratada sempre que verificada a necessidade, se obriga a enviar um de seus Técnicos às instalações da Prefeitura.
- 8.4 Manter as condições de habilitação exigidas na fase de habilitação do procedimento licitatório, durante toda a execução do contrato.
- 8.5. A Contratada, além dos casos previstos na legislação em vigor, é responsável:
- a) por quaisquer danos ou prejuízos que por acaso causar à Prefeitura Municipal ou a terceiros, em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato;
- b) pela indenização ou reparação de danos ou prejuízos decorrentes de negligência, imprudência e/ou imperícia, na execução dos serviços contratados;
- c) arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros decorrentes do presente contrato.

## CLÁUSULA 9ª - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 9.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente Dispensa poderá ser EXTINTO de conformidade com o disposto no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.2. Na hipótese de ocorrer a EXTINÇÃO DO CONTRATO prevista no art. 137, ao Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 139 da Lei Federal N° 14.133/2021.

## CLÁUSULA 10<sup>a</sup> - DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1. A fiscalização sobre a execução dos serviços, objeto da presente Dispensa, será exercida por um representante do Contratante, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.2. O Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços, se considerados em desacordo com os termos do presente contrato.

## CLÁUSULA 11<sup>a</sup> - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 11.1.1. advertência;
- 11.1.2. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, prestação do serviço, sobre o valor da parcela, por ocorrência;
- 11.1.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 09:30 dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;
- 11.1.4 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:
- a) inobservância do nível de qualidade dos serviços;
- b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;

# WINGERN DALAPIN 184

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA

Rua Governador Valadares, n° 72, Centro, CEP: 39.630-000 CNPJ n° 18.348.730/0001-43 - Estado de Minas Gerais

- d) descumprimento que cláusula contratual.
- 11.2. suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 11.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.
- 11.4. O valor das multas aplicadas deverá ser pago no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

## CLÁUSULA 12 - DOS CASOS OMISSOS

12.1. - Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidas com base na Lei nº14.133/2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

## CLÁUSULA 13 - DO PROCEDIMENTO

13.1 – O Presente contrato é celebrado de acordo com a lei Federal 14.133/2021 art 75, inciso II.

## CLÁUSULA 14 – DO ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1 O acompanhamento e recebimento da execução do objeto deste contrato, será feito pela Prefeitura Municipal, através de agente formalmente designado para este fim. Constatada qualquer irregularidade, a CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os itens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

## CLÁUSULA 15 - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Araçuaí – Minas Gerais, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

VIRGEM DA LAPA(MG), xxx de fevereiro de 2022.

	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Testemunhas: 1CPF N°:	
2CPF N°:	